

## Uma reflexão sobre o atual ciclo de lutas do comum no Brasil

**Alexandre do Nascimento**

Atualmente, como constataam Negri e Hardt (2001), o capital, como relação social, é hegemônico. E, em algumas sociedades, como parece ser o que ocorre no Brasil, a hegemonia do capital é, historicamente, perversa. Ou seja, é prática dos que exercem poderes (econômicos, políticos, culturais), diante de divergências e resistências aos seus interesses, o uso da força, de leis especiais, de informações e educação parciais e tendenciosas, de quebras de contratos sociais, de políticas de exceção. No Brasil, o Estado apresenta-se como estrutura de controle subordinada aos interesses das grandes corporações do capitalismo atual e das formas de exploração que as sustentam. As instituições governamentais, legislativas, judiciárias, de mídia e de educação se revelam instituições servidoras dessa relação de exploração, onde a “democracia” deve ter limites antidemocráticos.<sup>1</sup>

A mídia corporativa (ou seja, os principais veículos do nosso sistema de comunicação social – emissoras de rádio e TV, jornais e revistas) faz parte desse conjunto de instituições não apenas como com grupo de empresas, ou seja, como estruturas que vivem da exploração do trabalho. Além disso, a mídia corporativa é parte fundamental do Estado. A expressão “quarto poder”<sup>2</sup> para fazer alusão ao que representa a mídia corporativa na sociedade (o quarto poder do Estado) é bem adequada, pois politicamente é, de fato, isso que se verifica, um poder que, através da produção e disseminação de determinadas informações e formas de ser no mundo, influencia na formação de opiniões e comportamentos. Na sociedade brasileira a mídia é uma escola de formação consumidoresnão-cidadãos. Sua auto-proclamada imparcialidade é facilmente questionada, pois o que se costuma fazer é repercutir os valores, os pensamentos, os interesses e o agir dos grupos sociais que vivem da exploração do trabalho e das demais instituições que existem para

---

1 A reação do Estado Brasileiro ao movimento que se constituiu a partir das manifestações por transporte público de maio de 2013 e seus desdobramentos ainda inclusos no momento em que este texto foi escrito, é revelador de que a constituição material da democracia é, ainda, um longo caminho.

2 Para uma definição da noção de “quarto poder” ver texto de Reynaldo Carilo Carvalho Netto, disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed765\\_o\\_quarto\\_poder\\_e\\_censura\\_democratica](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed765_o_quarto_poder_e_censura_democratica).

controlar, vigiar e punir alguns, preservar outros e manter o *status quo*. Conteúdos que questionam tais valores e interesses, quando apresentados, aparecem quase sempre acompanhados de críticas, condenações morais e denominações que buscam dar novos significados. Ativistas e manifestantes dos movimentos iniciados em maio de 2013, por exemplo, passaram a ser denominados de “vândalos”, “baderneiros” e até “criminosos”, num flagrante discurso de criminalização do movimento social que questiona inclusive o papel da mídia corporativa na sociedade.

A sociedade brasileira viveu, e talvez ainda viva, um momento revelador do quanto o capitalismo e o Estado no Brasil são racistas, autoritários e violentos, mesmo no mais longo período “democrático” (leia-se, no mais longo período sem golpes de Estado da nossa história republicana). A forma com que o poder se comportou frente aos movimentos de contestação foi a violação de direitos e liberdades, pois que, lançando mão de estruturas repressão, de acusação e de arbítrio, o Estado Brasileiro mostrou-se agressivo a sua própria Constituição, investindo do contra os direitos e os princípios, definidos como “democráticos”, que o regem. As instituições da máquina estatal que fazem a gestão do erário, que legislam e que gozam das prerrogativas de monitorar, acusar, criminalizar, prender, condenar e até matar, em nome da Copa, das Olimpíadas e outros empreendimentos, tornaram nítido que o Estado Brasileiro é estado de exceção quando interesses do capital devem ser atendidos.

Em julho de 2013, precisamente no penúltimo e no último dia da copa do mundo, no Rio de Janeiro<sup>3</sup>, uma nova investida autoritária de Ministério Público, Poder Judiciário e Polícias, apoiados pelas grandes Redes de Comunicação, elaboraram acusações, decretaram e executaram prisões “preventivas” a ativistas, com base em investigações questionáveis. Desse fascismo de novo tipo participaram também partidos políticos que se apresentam como representantes “das classes populares”, dos “trabalhadores” e dos ideais “comunistas”, mas que se mostram apenas representantes do seu próprio interesse de ser/permanecer governo, mesmo que para isso tenham que fazer acordos corruptos com o conservadorismo e bancar violações de direitos. De maio de 2013 a julho de 2014, as instituições da nossa democracia representativa, do nosso ponto de vista, demonstraram ser instituições de corrupção da democracia.

Penso que o desafio das lutas por dignidade (e entre elas destaco a luta contra o racismo) é muito grande, vai além das manifestações e demanda inter-

---

3 Mais detalhes em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/07/12/na-vespera-da-final-da-copa-do-mundo-19-ativistas-sao-presos/>. Também em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/07/mandados-de-prisao-sao-executados-contramilitantes-e-ativistas-no-rio-8381.html>.

venções em todos os espaços que atuamos: ruas, família, escolas, religiões, mídia, internet, empresas, instituições estatais, partidos políticos, movimentos sociais e outros espaços específicos, que são espaços em que se produzem, se disseminam e se repetem valores, medos, preconceitos, discriminações, explorações, desigualdades, tentativas de disciplinarização e controle das singularidades.

Porém, a luta nesses espaços específicos precisa ser uma ação político-cultural para transformá-los em espaços comuns, ou seja, espaços em que as singularidades, como tais, possam se expressar e se relacionar respeitosamente, num constante processo de produção de bem estar, espaços em que todas e todos sejam expressões pensantes e agentes, espaços de produções coletivas.

No enfrentamento desse desafio não vislumbro outro caminho senão o da radicalização da insurgência antropofágica e criativa contra as muralhas do poder constituído. Não sabemos previamente que instituições criar, mas podemos dizer que precisamos devorar as atuais e produzir o novo sem as atuais “elites vegetais” e “catequeses” (ANDRADE, 1990), pois o que nos interessa tornar comum o resultado da nossa produção, aquilo que nas relações que vivemos a elite parasitária se apropria e diz não ser direito nosso. Interessa-nos ocupar e produzir em comum para o comum, nos apropriarmos da produção que nos é expropriada pelas dinâmicas da exploração.

Portanto, fortemente influenciado pela crença na educação como prática de liberdade (FREIRE, 1997), penso que parte importante da ação política é a disseminação, nas ruas, nas redes, nas escolas e nos lugares comuns, de leituras críticas, reflexões, ideias, ações culturais e expressões afetuosas baseadas em valores diferentes daqueles que hoje parecem prevalecer entre nós, que ajudem a motivar/constituir experiências de produção de subjetividades, jeitos de ser, culturas e formas de vida em comum. Não falo aqui de conscientização, ou seja, do que alguns chamam de “elevação do nível de consciência das massas” (SAVIANI, 2009). Porém, do meu ponto de vista, há nesta luta pelo comum um trabalho pedagógico a ser feito em conjunto, na relação que os encontros e as atuais possibilidades de comunicação e cooperação proporcionam. Penso que a perspectiva das escrevivências (EVARISTO, 2007) dos corpos indignados com a exploração, a violação de dignidade, o racismo, a discriminação, deve ser, além do vandalismo antropófago que se afirma nas ruas, a produção de experiências do comum de amor que queremos viver e fazer prevalecer. E se aceitamos que “as lutas determinam de fato o ser, o constituem” (NEGRI, 2003a), penso ser importante que esse vandalismo seja mais que resistência em ato de protesto, mas também exercício criativo de reexistência em comum a partir de outras perspectivas.

A Ética Ubuntu oferece uma perspectiva interessante e, do nosso ponto de vista, adequada para uma definição desse constituir-se coletivamente. Essa é a essência do Ubuntu, o ditado xhosa “Umuntu Ngumuntu Ngabantu”, que pode ser traduzido como “uma pessoa é uma pessoa por causa de outras pessoas” ou “eu sou porque você é, e você é porque nós somos”, indica que só nos realizamos em comum.

Segundo Desmond Tutu<sup>4</sup>, Prêmio Nobel da Paz e Arcebispo Sul Africano, “Ubuntu é a essência de ser uma pessoa”, “que não podemos ser plenamente humanos sozinhos”, “que somos feitos para a interdependência”. A palavra Ubuntu pode, portanto, ser entendida como “o que é comum a todas as pessoas”. Praticar Ubuntu “é estar aberto e disponível aos outros” e “ter consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos”<sup>5</sup>. A pessoa ou instituição que pratica Ubuntu reconhece que existe por que outras pessoas existem. Reconhece, portanto, que existem formas singulares de expressão de humanidade, e que as singularidades, como tais, têm igual valor. A preocupação com o outro, a solidariedade, a partilha e a vida em comunidade são princípios fundamentais da ética Ubuntu. Bas’Ilele Malomalo (2014), nos dá uma explicação:

Do ponto de vista filosófico e antropológico, o ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano. É o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados). Esse pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas... Como elemento da tradição africana, o ubuntu é reinterpretado ao longo da história política e cultural pelos africanos e suas diásporas. Nos anos que vão de 1910-1960, ele aparece em termos do panafricanismo e da negritude. São esses dois movimentos filosóficos que ajudaram a África a lutar contra o colonialismo e a obter suas independências. Após as independências, estará presente na práxis filosófica do Ujama de Julius Nyerere, na Tanzânia; na filosofia da bisoité ou bisoidade (palavra que vem da língua lingala, e traduzida significa “nós”) de Tshiamalenga Ntumba; nas práticas políticas que apontam para as reconciliações nacionais nos anos de 1990 na África do Sul e outros países africanos em processo da democratização. A tradução da ideia filosófica que veicula depende de um contexto cultural a outro, e do contexto da filosofia política de cada agente. Na República Democrática do Congo, aprendi que ubuntu pode ser traduzido nestes

---

4 <http://www.beliefnet.com/Inspiration/2004/04/Desmond-Tutus-Recipe-For-Peace.aspx?p=2>

5 *Idem*.

termos: “Eu só existo porque nós existimos”. E é a partir dessa tradução que busco estabelecer minhas reflexões filosóficas sobre a existência. Muitos outros intelectuais africanos vêm se servindo da mesma noção para falar da “liderança coletiva” na gestão da política e da vida social.

A palavra Ubuntu pode, portanto, ser entendida como “o que é comum a todas as pessoas”. Pensado por Antonio Negri (2003a) como forma democrática que pode assumir a multidão, o Comum é Ubuntu, relação social de interdependência, que tem a cooperação, e também a igualdade, como princípios materiais. E se a igualdade é condição, não há Ubuntu e nem constituição do Comum sem aberturas às singularidades, reconhecimento material de sua importância e potencialização de suas capacidades criativas. Assim, parece possível afirmar que uma política de constituição do Comum é afirmação da afirmação da igualdade contra o privilégio, da multiplicidade contra a uniformidade, do respeito contra o preconceito, da convivência contra a discriminação e da criação de meios que assegurem “humanidade” e “dignidade” para os muitos de diversidade.

Neste sentido, me parece importante, pelo ativismo político que se propõe a organizar a luta por e o trabalho na democracia, desde os pontos de vista dos que vivem apenas das suas atividades e nelas querem ser reconhecidos, a aposta e o investimento num devir Ubuntu dos espaços (a serem) tornados comuns.

## Referências

ANDRADE, Oswald. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014.

EVARISTO, Conceição. “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”. In Marcos Antônio Alexandre (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Ubuntu: Eu sou porque nós somos. Revista *IHU On-line* n. 353. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br>.

MALOMALO, Bas'ilele. *Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2014.

.....  
NASCIMENTO, Alexandre. Ubuntu, o comum e as ações afirmativas. *Revista Lugar Comum* – Estudos de mídia, cultura e democracia, n. 41. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. *Kairós, Alma Vênus, Multitudo*: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. 18ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2009.

■.....**Alexandre do Nascimento** é professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e autor de textos em <http://www.sentimentanimalidades.net>.